



Uma leitura de “A Igreja e sua responsabilidade social”, de Ernesto Schlieper (1963): reflexões sobre as relações entre luteranismo, ecumenismo e vida pública no Brasil¹

A reading of “The church and its social responsibility”, by Ernesto Schlieper (1963): reflections on the relationship between Lutheranism, ecumenism and public life in Brazil

Jefferson Zeferino ^[a] 

Campinas, SP, Brasil

^[a] Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Como citar: ZEFERINO, Jefferson. Uma leitura de “A Igreja e sua responsabilidade social”, de Ernesto Schlieper (1963): reflexões sobre as relações entre luteranismo, ecumenismo e vida pública no Brasil. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 16, n. 01, p. 118-131, jan./abr. 2024. DOI: <http://doi.org/10.7213/2175-1838.16.001.DS08>.

¹ Este texto forma parte de um projeto de pesquisa com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob o número de 404939/2021-0, sobre “Religião, política e teologia na esfera pública.”

^[a] Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e-mail: jefferson.zeferino@puc-campinas.edu.br

Resumo

Ernesto Theóphilo Schlieper foi uma das figuras mais influentes na consolidação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em seu processo de nacionalização, tanto no sentido de assumir-se como uma igreja brasileira, como em sua articulação em diferentes regiões do país; em sua abertura ecumênica; e no desenvolvimento da consciência de sua responsabilidade social. Por meio de uma análise bibliográfica e documental, o presente artigo objetiva refletir acerca dos desenvolvimentos do luteranismo brasileiro na relação com o movimento ecumênico nacional e internacional e na sua abertura para a reflexão acerca das questões próprias da vida pública brasileira e seus desafios sociais. Tomando como referência o texto “A Igreja e sua responsabilidade social”, de Ernesto Schlieper, localiza-se o luteranismo das décadas de 1950 e 1960 em seu contexto teológico, religioso, institucional e sócio-político. Em perspectiva histórica, apresentam-se as linhas gerais da teologia pública produzida por Schlieper na relação com as questões próprias da igreja luterana, com o ecumenismo de seu tempo e com sua herança teológica europeia.

Palavras-chave: Teologia Pública. História do Protestantismo. Ecumenismo. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Ernesto Theóphilo Schlieper.

Abstract

Ernesto Theóphilo Schlieper was one of the most influential figures in the consolidation of the Evangelical Church of the Lutheran Confession in Brazil (IECLB) in its process of becoming national, both in the sense of assuming itself as a Brazilian church, and in its articulation in different regions of the country; in its ecumenical openness; and in the development of an awareness of its social responsibility. Through bibliographical and documentary analysis, this article aims to reflect on the development of Brazilian Lutheranism in its relationship with the national and international ecumenical movement and its openness to the reflection on issues specific to public life in Brazil and its social challenges. With an attentive reading of the text "The Church and its social responsibility", by Ernesto Schlieper, the Lutheran church is located in its theological, religious, institutional and socio-political context in the 1950s and 1960s. From a historical perspective, the general lines of the public theology produced by Schlieper are presented in relation to the issues specific to Brazilian Lutheranism, the ecumenism of his time, and his European theological heritage.

Keywords: *Public Theology. History of Protestantism. Ecumenism. Evangelical Church of the Lutheran Confession in Brazil (IECLB). Ernesto Theóphilo Schlieper.*

Introdução

O ano de 2024 marca os 200 anos da presença luterana no Brasil, tomando como referência a chegada dos imigrantes alemães primeiro em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e logo na sequência em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul¹. Estes imigrantes trouxeram em sua bagagem junto com a esperança de uma nova vida em uma nova terra, também a sua fé. Inicia-se aí a história daquela que se tornaria, já em meados do século XX, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Por considerável tempo, a igreja manteve características étnicas e rurais, com o alemão sendo o idioma falado em suas reuniões e apenas uma pequena porcentagem de seus membros e comunidades presentes em ambientes mais urbanizados. Seu envolvimento com as questões sociais do país foi gradativo e se desenvolveu de modo mais aparente na última metade de século.

A atuação de Ernesto Theóphilo Schlieper (1909-1969) foi marcante na história da IECLB, para sua consolidação eclesial e para a participação em diálogos com outras igrejas cristãs. Por meio de uma abordagem bibliográfica e documental, objetiva-se refletir acerca do desenvolvimento da responsabilidade social e abertura ecumênica do luteranismo brasileiro. Como referencial elege-se o texto “A Igreja e sua responsabilidade social”, palestra proferida por Schlieper em uma reunião promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), no ano de 1963. Desperta o interesse que tal material tenha sido incluído por Waldo César (1922-2007), sociólogo e figura proeminente do movimento ecumênico, então secretário executivo do referido setor da CEB, no livro que reuniu as preleções apresentadas na Conferência do Nordeste, de 1962². Com um olhar para a trajetória de vida de Schlieper, o desenvolvimento eclesial e social da IECLB, e os caminhos do protestantismo ecumênico até a década de 1960, a análise textual auxilia a pensar aspectos mais amplos dentro dos quais o registro documental está inserido, a saber, o material oferece uma via de entrada para a reflexão crítica acerca da IECLB, do movimento ecumênico e do Brasil nas décadas de 1950 e 1960.

Com efeito, parte-se da perspectiva de que, aproximadamente, a década e meia que antecede o golpe civil-militar de 1964 seja um dos períodos mais efervescentes do protestantismo ecumênico no Brasil, com seus movimentos estudantis e de jovens; com o fortalecimento da dimensão de uma responsabilidade social das igrejas; e com a atuação do missionário estadunidense Richard Shaul (1919-2002), que desempenhou significativo papel na mobilização e articulação desses setores, além de produzir uma reflexão teológica sob o clima da revolução. Este cenário se alimentava também da consolidação do movimento ecumênico internacional com a fundação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948, suas conferências e assembleias, tendo a participação de lideranças ligadas à realidade brasileira nesses eventos, mesmo após o golpe. É dentro desse caldeirão que se pretende localizar a tímida e, durante bastante tempo, entrincheirada igreja luterana.

¹ Vale mencionar que o estudo de Fluck (2004, cf. SINNER, 2012b) sustenta a formação de um grupo de luteranos suíços em Nova Friburgo já em 1819.

² Como o material organizado por Cesar possui como referência a data do evento e não da publicação do material, utilizaremos 1962 como data das atas da Conferência do Nordeste. Para o texto de Schlieper, por ser designada sua apresentação em 1963, traremos tal ano nas referências.

Notas sobre o protestantismo ecumênico entre as décadas de 1950 e 1960

O protestantismo, oficialmente presente no Brasil desde o início do século XIX, primeiro com os anglicanos, depois com os luteranos³ e, mais tarde, com o assim chamado protestantismo de missão, encontrou um país hegemonicamente católico e suas atividades se deram, inicialmente, como uma transplantação cultural, reproduzindo aqui o modo de ser igreja aprendido em seus países de origem. Em especial o protestantismo de missão, também em virtude de seus projetos educacionais, encontrou boa recepção da classe média. A relação dessas igrejas com os Estados Unidos também favoreceu a difusão de um ideário liberal e, com isso, de um individualismo que impedia uma compreensão mais profunda das questões sociais e suas razões estruturais no contexto latino-americano. A ênfase na educação e na conversão ao protestantismo era professada como a grande solução para os problemas sociais do continente (Schünemann, 1992, p. 34-35).

Com o tempo, contudo, cresce a insatisfação com essa resposta e a mobilização com o cenário social brasileiro. A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), fundada em 1934, tornou-se espaço de concentração dessas preocupações em especial a partir da criação do seu Setor de Responsabilidade Social, algo que se colocava na esteira de um movimento mais amplo dentro do ecumenismo internacional, tendo na segunda assembleia do CMI, em Evanston, uma importante referência. Sob o tema “Cristo – a esperança do mundo”, o evento reuniu lideranças de diversos países, e o Brasil se fez representar por pessoas ligadas aos movimentos ecumênicos de jovens e estudantes, entre eles estava Waldo Cesar, que se tornaria secretário do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da CEB. Este setor, em sua atuação local, promoveu ações e estudos voltados à formação dos cristãos para a compreensão do próprio protestantismo e de seu contexto político e social (Pierson, 1974, p. 211-219; Schünemann, 1992, p. 35-36, cf. WCC, 1955).

A última de uma série de quatro reuniões de estudo promovidas pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja foi a mais famosa dentre elas. Conhecida como Conferência do Nordeste, sob o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” contou com a presença de renomados intelectuais brasileiro como o sociólogo Gilberto Freyre e os economistas Paul Singer e Celso Furtado. Outros relevantes nomes da história do protestantismo, não por último em razão de sua resistência à ditadura militar que se avizinhava, também participaram com preleções, entre eles Joaquim Beato e João Dias de Araújo. Novamente nota-se uma continuidade com as preocupações do CMI que em sua terceira assembleia, em Nova Délhi, motivava as Igrejas a refletirem sobre sua responsabilidade em relação às questões sociais e econômicas a partir do tema “Jesus Cristo – a luz do mundo” (Schünemann, 1992, p. 36-37; Cesar, 1962)⁴.

Este que pode ser considerado o auge das ações e pretensões do protestantismo ecumênico brasileiro, marca também o início de um declínio por meio da desarticulação promovida primeiro pelas próprias igrejas e, na sequência, pelo governo com o golpe civil-militar de 1964. A CEB foi aparelhada por setores consonantes às forças de repressão e, em 1965, surge, como uma tentativa de resistência o Centro Evangélico de Informações que se tornaria o Centro Ecumênico de Informações (CEI), servindo como modo de divulgar os acontecimentos do período. O CEI era vinculado a outro órgão que seguiu mobilizando as relações entre a sociedade e a fé cristã, a junta Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), criada em 1961 em Huampani, no Peru. Tal iniciativa atingiu maior incidência em meios acadêmicos e, no decorrer da década de 1960 e 1970,

³ Aqui, mais precisamente, se deve falar em evangélicos luteranos, reformados e unidos que, posteriormente, darão a base para a formação da IECLB (Wachholz, 2004).

⁴ Sobre a Conferência do Nordeste, ver também a obra organizada por Rosa e Adriano Filho (2012), pela ocasião dos 50 anos do evento.

com influência do movimento jovem, amadurece seu comprometimento com a responsabilidade social e com a libertação latino-americana (Schünemann, 1992, p. 37-41).

Entre os referenciais teológicos que animavam o protestantismo ecumênico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 estavam Karl Barth (1886-1968) e Dietrich Bonhoeffer (1906-1945). Em resumo, se pode indicar que tais autores apontavam para uma ética cristã com compromisso social e estavam na esteira de uma teologia dialética que buscava oferecer uma resposta ao liberalismo teológico por meio de uma marcada ênfase cristológica. O contexto europeu de crise, tanto aquela trazida pelas guerras, como seus próprios problemas sociais, desvelavam a impossibilidade de se seguir um *ethos* teológico que desse anuência para políticas belicistas e que não conseguisse responder aos anseios concretos de comunidades de fé reais (cf. Zeferino; Sinner, 2020; 2022; Zeferino, 2018; Santana Filho, 2021). Esse pensamento teve relevante influência no seminário teológico de Princeton onde atuaram Josef Hromadka (1889-1969) e Paul Lehmann (1906-1994), professores com decisiva influência sobre gerações de pastores e missionários que atuaram em países do então chamado Terceiro Mundo, entre eles, M. Richard Shaull (1919-2002), missionário estadunidense que deixou significativa contribuição para os movimentos ecumênicos e de jovens no Brasil entre 1952 e 1962 (Huff, 2020).

O contexto de crise latino-americano dialogava com esses referenciais teológicos europeus e estadunidenses que também tinham buscado refletir contextos de crise e de rápidas transformações sociais. As demandas próprias do continente, entretanto, fizeram com que surgisse a vontade de produção de uma teologia autóctone, levando órgãos como o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da CEB, e a junta ISAL, ligada ao CMI, a investirem em iniciativas de estudo e de engajamento prático. É destacado aqui o papel dos movimentos estudantis que, por sua vez, tiveram na figura de Richard Shaull um parceiro de luta e reflexão. Sua proposta de uma Teologia da Revolução sustenta uma perspectiva contextual em que os cristãos podem participar da ação humanizante de Deus que toma lugar dentro da história. Sob o tema “O cristão nas revoluções técnicas e sociais da nossa época”, tal ética social e contextual foi também um dos resultados das discussões da conferência do CMI em Genebra em 1966, ocasião em que Shaull foi um dos preletores. Apesar desses esforços, a capacidade de reverberação no Brasil, já sob a ditadura abalizada por lideranças das igrejas, era bastante diminuta. Ainda assim, a luta, a resistência, a organização e a produção teológica dessa geração de protestantes ecumênicos oferece um extenso material que pode auxiliar a pensar os desenvolvimentos políticos e religiosos do período (Schünemann, 1992, p. 51-55; Huff, 2020).

Notas sobre a IECLB, sua abertura ecumênica e o desenvolvimento de sua responsabilidade social

Ainda hoje, em uma visita a comunidades rurais do interior de Santa Catarina ou do Rio Grande Sul, é possível ouvir bisnetos e tataranetos de imigrantes se referirem aos seus conterrâneos como ‘os brasileiros’, enquanto eles mesmos ainda se entendem como ‘os alemães’. Tal sentimento de germanidade não foi resultado apenas de uma saudade do país de origem, mas foi promovida, não por último, por políticas de pan-germanismo oriundas da própria Alemanha depois de 1871 (Sinner, 2012, p. 200-203). Com a escolha do governo brasileiro em apoiar os aliados contra o eixo Alemanha, Itália e Japão, uma repressão aos alemães e ao uso de seu idioma e dialetos fez com que a igreja luterana precisasse se reordenar a partir de si mesma, contando com os pastores já nascidos em solo brasileiro, e com a organização de um centro de formação pastoral em 1946, a atual Faculdades EST. Outro resultado desse período foi o crescente uso da língua portuguesa nas comunidades. Sem negar suas raízes germânicas, a igreja luterana precisou crescer na autocompreensão de sua identidade em solo brasileiro. Sua

organização interna deu importantes passos também, logrando uma união entre os diferentes sínodos na Federação Sinodal, em 1949, baseada, efetivamente, em uma confessionalidade luterana e buscando se entender como uma igreja no Brasil. Já nos idos da década de 1960, assumiu-se a nomenclatura Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (Sinner, 2012b, p. 203-204; Dreher, 1984, 250-253).

Ainda o contexto da primeira grande guerra não favoreceu o avanço das relações ecumênicas com essa igreja de descendentes de alemães, de modo que tais tensões podem ter influenciado seu não convite para integrar a Confederação Evangélica do Brasil, criada em 1934. Com sua reorientação teológica a partir da década de 1940, contudo, tais laços começariam a mudar. O Pastor Hermann Dohms participou como convidado, em 1948, da Assembleia de fundação do Conselho Mundial de Igrejas. Nesse contexto, a *Estudos Teológicos*, então revista da Comissão Teológica do Sínodo Riograndense e hoje ainda uma das revistas mais reconhecidas no âmbito da Teologia acadêmica no Brasil, publicou um número sobre ecumenismo. No início dos anos 1950 a Federação Sinodal passou a fazer parte, oficialmente, do CMI e da Federação Luterana Mundial e, no fim daquela década passou a integrar a Confederação Evangélica do Brasil (Dreher, 1984, p. 253-254). Ao mesmo tempo, com o acelerado processo de urbanização e industrialização do país, as novas gerações de luteranos foram sendo integrados em outras realidades do que aquela especificamente rural, e o gueto étnico vai se rompendo (Schünemann, 1992). A partir de seu primeiro concílio, em 1950, a Federação Sinodal exprime sua vontade de ser brasileira. Como indica Martin Dreher (1984, p. 252): “Agora os acentos eram postos em uma Igreja no Brasil, em responsabilidade para com todo o povo brasileiro e não mais responsabilidade para com um grupo étnico; em última análise temos aqui abertura em relação à ecúmena!”

A Faculdade de Teologia, em São Leopoldo/RS, tornou-se um espaço privilegiado de reflexão da igreja, não sendo apenas um centro de formação pastoral. Também os corredores da faculdade foram lugar de acaloradas discussões como aquela que se deu entre os favoráveis ao germanismo e aqueles que cada vez mais se tornavam conscientes de sua identidade brasileira. A influência barthiana nesse segundo grupo era bastante notável⁵. Fora dos muros da faculdade o envolvimento dos estudantes com o movimento ecumênico e movimentos estudantis era também intenso. A década de 1960, nesse sentido, testemunhou o crescimento do senso de responsabilidade social dentro da Igreja, em especial, dentro de uma geração de estudantes que se tornariam, nas décadas seguintes, importantes lideranças eclesiais como, por exemplo, Walter Altmann que atuou como presidente da IECLB e moderador do CMI. Entre figuras de destaque nacional com quem esses jovens luteranos tiveram contato nesse contexto se pode citar Paulo Wright, “desaparecido” em 1973, presumivelmente morto pela ditadura, e Richard Shaull, impedido de retornar ao Brasil durante o período ditatorial. O diálogo com estudantes do Cristo Rei, atual Unisinos, fez também parte da consolidação de uma abertura ecumênica não apenas dentro do protestantismo (Schünemann, 1992, p. 56-57, 61).

O perfil do estudantado, sob a reitoria de Ernesto Schlieper e atuação de seu centro acadêmico, começa a mudar com a abertura para ingressantes oriundos de qualquer curso secundário e não apenas aqueles estudantes advindos do Instituto Pré-Teológico que, até então, reunia, em geral, filhos de pastores e de pequenos agricultores. O perfil do corpo docente também se transforma quando, a partir de 1968, vão sendo integrados professores brasileiros que fizeram sua formação no exterior. O idioma das aulas passa a ser cada vez mais o português e as questões políticas e sociais vão sendo discernidas no interior da instituição (Schünemann, 1992, p. 58-61).

⁵ Sobre a influência barthiana na Faculdade de Teologia da IECLB ver Dreher (2008).

Além da atuação efervescente do estudantado da Faculdade de Teologia, luteranos que tiveram a oportunidade de estudar em centros maiores como Porto Alegre e Curitiba, se engajaram com movimentos estudantis e participaram de momentos e instâncias de destaque dentro do ecumenismo brasileiro. Vale mencionar a presença de jovens luteranos no V Encontro de Líderes de Mocidade Evangélica que aconteceu no Recife concomitantemente à Conferência do Nordeste, em 1962 (Schünemann, 1992, p. 66-67).

A Faculdade de Teologia, vale dizer, foi fundamental para que a igreja luterana compreendesse sua responsabilidade pública. Com o cenário político brasileiro bastante fechado, o interior da igreja se tornou o horizonte de ação desses jovens e professores engajados com a realidade social brasileira, sendo a Faculdade espaço importante de reflexão mesmo durante os anos de repressão. Pensava-se, aí, uma teologia que assumia a necessidade de se refletir criticamente sobre as questões políticas e sociais advindas do solo próprio no qual as comunidades luteranas se encontravam. Intercâmbios de estudantes luteranos com outras faculdades de teologia no Brasil e na América Latina auxiliaram a fazer alargar as perspectivas daquela geração de jovens lideranças (Schünemann, 1992, p. 61-62).

Apesar do clima representado pela Faculdade de Teologia, na igreja como um todo, a relação com a realidade brasileira foi diversa e grupos conservadores e progressistas disputavam espaço também dentro da direção da IECLB (Schünemann, 1992, p. 63). O golpe de 1964 foi recebido por parte significativa do pastorado da IECLB com certo alívio, em virtude do clima polarizado dos anos pré-golpe. Vale notar que um telegrama de felicitações ao general-presidente Castelo Branco chega a ser enviado. O anticomunismo já no início da década de 1960 era uma preocupação da IECLB. Houve reações contrárias a algumas iniciativas do movimento ecumênico, sobretudo quando se fomentava um radical engajamento com a transformação da sociedade. O espírito que imperava na IECLB era desenvolvimentista, assistencialista e de perfil conciliador, algo que se refletiu na I Consulta de Diaconia e Ação Social das Igrejas Luteranas em 1967. Os setores mais críticos, contudo, seguiam pressionando a IECLB para um posicionamento mais incisivo no que dizia respeito aos problemas sociais do país (Schünemann, 1992, p. 74-77).

Entretanto, as filiações ao Conselho Mundial de Igrejas e à Federação Luterana Mundial fizeram com que, institucionalmente, a IECLB não pudesse ficar aquém das questões políticas e sociais, pois crescia, em nível internacional, o engajamento com a discussão desse temário. Ao não conseguir realizar sua Assembleia Geral na República Democrática Alemã, em 1969, a FLM aceita o convite feito por Ernesto Schlieper, com o apoio do Conselho Diretor da IECLB, então seu presidente, de levar o evento para o Brasil. Contudo, a postura opaca da IECLB diante da realidade política, social e econômica do Brasil, fizeram com que a FLM, informada sobre a realidade de torturas e violações de direitos humanos que tomava espaço no país, decidisse por redirecionar sua assembleia para Evian, na França. Tal recusa surtiu relevante impacto nas estruturas da IECLB que foram levadas a repensar sua presença eclesial no país e amadurecer sua reflexão acerca de sua responsabilidade social (Schünemann, 1992, p. 81-90)⁶.

Ernesto Theóphilo Schlieper (1909-1969)

Ernesto Theóphilo Schlieper foi um relevante personagem na história do luteranismo brasileiro (Sinner, 2012, p. 204). Neto, por parte de mãe, de um pastor luterano oriundo da Estônia, e filho de pastor luterano nascido na Alemanha, enviados ao Brasil pela Sociedade Evangélica de Barmen, Ernesto

⁶ Para uma abordagem mais atenta aos diversos acontecimentos e detalhes que compuseram esse quadro de desentendimento, ver o capítulo segundo da obra de Schünemann, com especial atenção para sua segunda parte (Schünemann, 1992, p. 81-95).

recebeu influência familiar para a decisão pela carreira pastoral. Após a morte precoce do pai, com o incentivo do Pastor Hermann Dohms, ingressa no Instituto Pré-Teológico para em seguida realizar os estudos secundários e seguir no estudo teológico em Marburgo, Bonn e Tübingen. Sua primeira fase de preparação ministerial é feita também na Alemanha. Em sua formação foi aluno de Karl Barth, o que lhe ajudou a desenvolver uma postura crítica em relação aos teuto-cristãos, ao nacionalismo germânico e ao pan-germanismo (Wachholz, 2024, p. 346-348).

De volta ao Brasil, recebe a ordenação ao ministério pastoral em 1937, atuando mormente na região de Porto Alegre, assumindo também funções administrativas na Igreja e no ensino de Novo Testamento na faculdade de Teologia em São Leopoldo. Em 1956, com o falecimento do Pastor Dohms, assume a presidência da IECLB, sendo eleito para tal função em 1958. De 1956 a 1960 atua pastoralmente no Rio de Janeiro. Em 1960, retorna para São Leopoldo para assumir a reitoria da faculdade, lecionando na área de Teologia Prática. É reeleito para a presidência da IECLB em 1962 e em 1968. Nesse período, Schlieper atuou fortemente para uma cada vez maior integração entre os sínodos e consolidação da IECLB como uma igreja luterana em âmbito nacional (Wachholz, 2024, p. 348-349).

Em sua trajetória, é pertinente ressaltar seu engajamento com o diálogo entre igrejas. Isso se deu tanto no âmbito intraluterano, cooperando para o avanço das relações entre a IECLB e as Igrejas Evangélicas Luteranas da Alemanha e dos Estados Unidos, marcando presença também no seio da Federação Luterana Mundial, sendo o autor do convite para que sua quinta assembleia ocorresse no Brasil. Como vimos, porém, esse capítulo foi bastante controverso. Com relação ao movimento ecumênico, desempenha papéis de relevo tanto em nível internacional como nacional, no Conselho Mundial de Igrejas e na Confederação Evangélica do Brasil. Falece no dia 31 de outubro de 1969, dia da Reforma luterana (Wachholz, 2024, p. 349).

Seu engajamento pelo ecumenismo passava por sua posição de liderança eclesial, mas também por convicções teológicas. Compreendia a igreja cristã em sua unidade, como um só corpo, e sob o senhorio de Jesus Cristo. A influência de Martim Lutero (1483-1546), em sua teologia, não o levou a um exclusivismo confessional. Pelo contrário, entende que Lutero promove uma renovação na igreja, a qual é chamada sempre de novo a se colocar sob o exame do evangelho. Distancia-se, assim, do risco de transformar Lutero em um herói idealizado, percebendo como grande mérito do reformador sua constante preocupação de apontar para Jesus Cristo como centro da pregação evangélica e da mensagem bíblica (Wachholz, 2006, p. 74-76, 82).

A abertura ecumênica de Schlieper passava pela relação com o ecumenismo protestante bastante consolidado no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, mas enxergava também, não sem críticas, no Concílio Vaticano II, um relevante marco para os diálogos com a Igreja Católica Romana. Para Schlieper, é ao aproximarem-se de Cristo que as igrejas cristãs mais podem se aproximar entre elas. Caminha-se, assim, para aquilo que Schlieper aprendeu de sua caminhada com o movimento ecumênico em nível internacional, nomeadamente, a partir da Assembleia do CMI ocorrida em Nova Delhi, na Índia, em 1961, a saber, a ideia de uma parceria de igrejas na busca por um profundo e ativo ecumenismo. A Igreja como *una* e *sancta*, é uma Igreja em Cristo e, desse modo, aquilo que concerne às outras igrejas, torna-se um problema de cada igreja. A missão da Igreja, como serve de Cristo, é o serviço à humanidade na solidariedade, consolo e esforço pelo alívio dos sofrimentos humanos (Wachholz, 2006, p. 76-82).

A Igreja e a sua responsabilidade social (1963)

A Conferência do Nordeste foi, certamente, um dos pontos mais altos da história do ecumenismo protestante no Brasil e na América Latina, ocorrendo em um momento de grande efervescência social,

política, religiosa e teológica e às vésperas da noite escura dos regimes ditatoriais que se aproximavam, primeiro no Brasil (1964), depois na Argentina (1966) e no Chile (1973).

A Confederação Evangélica do Brasil abrigava uma composição heterogênea, cabendo ao Setor de Responsabilidade Social da Igreja, justamente, a tarefa de promover estudos e ações na dimensão do engajamento social. Nas palavras de Almir dos Santos (1962, p. 21-22), a preocupação principal do setor era “estabelecer um diálogo franco e honesto entre a realidade brasileira em dado momento histórico e os postulados da nossa fé cristã, objetivando informar às Igrejas e auxiliá-las na busca de novas formas de serviço cristão na comunidade local, estadual e nacional”. Definição esta que pode ser aproximada daquilo que Rudolf von Sinner denominará como uma teologia pública:

Uma teologia pública procura refletir sobre e dar orientações para uma atuação saudável das igrejas neste novo espaço público, enxergando-as como instituições da sociedade civil. “Saudável” quer dizer que não procure nem rejeitar o mundo como algo intrinsecamente mau, para o qual já “não tem jeito”, nem impor-se para dominar o mundo, para assumir o poder (Sinner, 2012a, p. 26)

Não se quer dizer, com isso, que o SRSI quisesse formular uma teologia pública nos termos que se constituíram posteriormente, o que se pode afirmar, contudo, é que dentro do protestantismo ecumênico de meados do século XX, no Brasil, existia já uma consciência da necessidade de se formular uma teologia que se preocupasse com as questões da vida pública, buscando equipar cristãs e cristãos, com especial atenção aos movimentos estudantis e de jovens, para uma inserção mais bem informada na realidade social brasileira. Nesse sentido, torna-se possível conceber o Setor de Responsabilidade Social da Igreja, da CEB, como um caso de teologia pública *avant la lettre*.

Em sua tarefa de instruir as igrejas, o Setor realizou quatro reuniões de estudo com os seguintes temas: 1. “A Responsabilidade Social da Igreja” (1955); 2. “A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais do Brasil” (1957); 3. “A Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade” (1960); “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro” (1964). Com efeito, tais temas se desdobram de duas preocupações centrais para o Setor, a saber, o estudo atento da sociedade brasileira e, historicamente situados, buscar respostas cristãs para a realidade estudada. Em chave profética, entende-se aqui a missão de ecoar a palavra de Deus para dentro de um contexto concreto e específico (Santos, 1962, p. 22-24).

Em uma reunião de consulta acerca do tema Igreja e Sociedade, em abril de 1963, após, portanto, da Conferência do Nordeste, teve espaço uma pequena palestra proferida por Ernesto Schlieper. Chama a atenção o fato de este texto ter sido reunido às atas da Conferência, precedendo, na organização do livro, a própria introdução. Sobre essa palestra, Schünemann (1963, p. 74) entende ser possível encontrar ali os pontos que nortearam a reflexão política e social da IECLB no decorrer da década de 1960, se repetindo em outros textos, alocações e palestras. Entre os textos recolhidos por Schünemann estão: “Nossa responsabilidade cristã” (1962); “A Igreja e sua responsabilidade social” (1963); “Da responsabilidade social” (1963); “A missão da Igreja” (Relatório do Pastor Presidente para o V Concílio Geral) (1966); Meditação de Abertura na 1ª Consulta de Diaconia e Ação Social (1967); “Solidariedade fraternal” (prédica) (1967); Sermão de Abertura da Conferência Luterana em Caracas, na Venezuela (1968); “Nossa responsabilidade cristã” (1968). Desses materiais, Schünemann (1992, p. 72) depreende o que denomina de ideias-chave para a ação social da Igreja em Schlieper:

1 – a Igreja é sempre resposta/responsabilidade; 2 – encarnação de Deus em Jesus Cristo por amor aos homens; 3 – servir/serviço a exemplo de Jesus Cristo; 4 – relação Igreja-Estado – não intromissão em terreno alheio; 5 – o homem não é objeto de caridade, mas irmão; 6 – Igreja – impossibilidade de ela preocupar-se consigo mesma; 7 – Mt 25.31-46 – fundamento para o amor indistinto; 8 – solidariedade

ampla – também realidade social e política; 9 – não-violência e revolução; 10 – Igreja sem ilusões acerca da transformação, mas certeza da vitória; 11 – Igreja não possui soluções prontas, mas coloca sinais.

Sobre as alocações, palestras e textos de Schlieper sobre as relações entre Igreja e sociedade, Schünemann (1992, p. 74) diz o seguinte:

Sem dúvida eram pontos de vista ainda genéricos, mas apontavam para a necessidade de engajamento dos cristãos dentro da realidade social e política. Revelavam o estágio de reflexão possível de uma geração de pastores que tiveram que assumir a responsabilidade da transição de uma Igreja confinada ao gueto étnico alemão para uma Igreja inserida no Brasil. Outrossim, indicavam o influxo externo (organismos ecumênicos) e mobilização interna (tanto eclesial quanto nacional) nas questões relativas à miséria e fome, pobreza e desigualdades sociais.

Sigamos, agora, uma leitura mais de perto do texto recolhido no livro-documento da Conferência do Nordeste. Sob o título “A Igreja e a sua Responsabilidade Social”, Schlieper assume a tarefa de refletir de modo não exaustivo acerca dessa responsabilidade que a Igreja teria com a sociedade. A sociedade, como sociedade humana, é problema da Igreja, pois a Igreja se preocupa com este humano, pois Deus se fez humano: “Deus se tornou homem e deste fato emana a responsabilidade da Igreja pelo homem, pelo homem em todas as relações de sua existência”. É a encarnação que, para Schlieper, torna-se razão teológica central para a responsabilidade da Igreja com a sociedade (Schlieper, 1963, p. VII).

Schlieper enfatiza que a encarnação, portanto, não é um dado ideológico, mas, segundo ele, fato histórico que revela um Deus que quer salvar a humanidade e servi-la. É a história de Jesus, sua morte e ressurreição, que se torna fonte e fundamento da ética teológica e da prática eclesial. A responsabilidade social da Igreja é resposta à encarnação em contextos particulares e com atos concretos. Ao tornar-se humano, Deus atribui profunda dignidade ao humano. O movimento de serviço e amor de Deus na direção do humano é o que legitima o cristão a voltar-se também em amor e serviço a este humano (Schlieper, 1963, p. VII-VIII). Tal lógica está presente no pensamento de uma das referências teológicas de Schlieper, Karl Barth. Para o teólogo de Basileia, o movimento de gratuidade de Deus em direção ao ser humano, Jesus Cristo, é o que move o humano em direção ao próximo (Zeferino, 2018). Em síntese, para Schlieper (1963, p. VIII): “o amor de Deus é a carta de autorização da responsabilidade social da Igreja”.

Também a visão sobre o papel do Estado de Schlieper parece ecoar os ensinamentos de seu professor nos tempos de Bonn. Aqui, uma leitura de “Comunidade cristã e comunidade civil”, texto escrito por Barth em 1946, localiza também na esfera secular uma tarefa de cuidado com a vida humana (Barth, 2018). Para Schlieper, a Igreja reconhece no Estado a tarefa de organizar as relações humanas legalmente, impedindo o mal. A função da Igreja, nesse contexto, é o da pregação da palavra e do testemunho concreto em ações visíveis. “Por isso o **outro** nunca será apenas objeto de nossa caridade, ao qual por piedade damos um pouco do muito que nos foi confiado; o **outro** só nos pode ser homem – irmão – pelo qual Cristo deu a sua vida” (Schlieper, 1963, p. VIII, grifos do autor).

É o agir de Deus que move e inspira o agir cristão, se Deus, em sua condescendência, vai ao encontro do humano em seu lugar de vida, assim também a Igreja busca servir pessoas reais em lugares concretos. A revisão da tradição se dá, portanto, no enfrentamento desses novos desafios. O reconhecimento do outro como um irmão, promove a solidariedade cristã (Schlieper, 1963, p. VIII). O autor continua: “Deus sempre nos procura pelo irmão, e isso quer dizer: em primeiro lugar pelo irmão que sofre, que é oprimido e subjugado, e do qual Cristo disse: o que fizestes a um destes seus irmãos mais pequeninos, a mim é que o fizestes”. Esta solidariedade não se esgota no âmbito privado, ou na relação entre o eu e o outro – “esse mandamento exige a nossa atuação responsável também no terreno da ordem

política e social” (Schlieper, 1963, p. IX). O olhar de Schlieper, certamente, condensa aspectos que se tornariam centrais para os desenvolvimentos teológicos nas décadas vindouras na América Latina – engajamento político e social, ênfase na realidade concreta de vida das pessoas, uma atenção mais urgente às pessoas que sofrem socialmente, apelo por uma justiça social. Vale notar, porém, que tais temas estavam presentes já nas teologias de Karl Barth e de Dietrich Bonhoeffer, referenciais de uma teologia em diálogo com as crises de seu tempo, com marcado acento cristológico e consequentes em relação à responsabilidade pública oriunda de tais perspectivas teológicas. A influência desses autores no contexto latino-americano já tem sido tema de extensos debates (cf. Santana Filho, 2021), mas parece também se renovar e carecer de sempre novas aproximações.

Schlieper, contudo, parece não assumir o elemento revolucionário como constituinte de sua opção teológica. Para ele,

A Igreja não pregará a revolução como meio para conseguir uma nova ordem de justiça social – ela sabe que Cristo não seria seu aliado na revolução; mas, nem tão pouco, a Igreja resignará perante a realidade existente, mas examinará todas as possibilidades de melhorá-la, com todo o conhecimento e toda a prudência (Schlieper, 1963, p. IX)⁷.

Sua teologia pública, no sentido anteriormente apresentado, tendo como público referencial a própria igreja, assume a tarefa de instrução e conscientização para que seus membros possam

[...] assumir a sua responsabilidade cristã em todos os setores da vida humana, para que tenham olhos abertos para as necessidades e aflições e injustiças, como oportunidades oferecidas por Deus – e Ele espera pela nossa resposta, pela nossa ação (Schlieper, 1963, p. IX).

A igreja é chamada para agir e lutar com modéstia, não confiando na sua própria capacidade de transformação do mundo, mas em Deus. A Igreja, confiando em Deus, entendendo que a vitória sobre o mal já pertence a Ele, é chamada para amar a Deus e ao próximo dentro do mundo. Vale notar que a proposta de Schlieper, baseada em Barth, como se pode denotar, distancia-se de uma teologia do domínio que visa conquistar todas as esferas da sociedade⁸. Em cada setor da vida humana a Igreja, confiando na bem-aventurança daqueles que têm fome e sede de justiça, possui a tarefa de amar a Deus e ao próximo como um sinal do reinado de amor instaurado por Cristo (Schlieper, 1963, p. IX-X).

A herança barthiana⁹, um teólogo reformado, a influência da Igreja Confessante em sua formação teológica e ministerial, a gênese mista das comunidades que formariam a IECLB, entre reformados e luteranos, a abertura ecumênica de Schlieper e suas responsabilidades institucionais, são aspectos que fazem notar em sua teologia uma preocupação com as questões públicas e sociais de tal modo que não estejam restritas à uma única confissão cristã. Da Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas em Nova Delhi, em 1961, Schlieper, participando como presidente da IECLB, toma parte de um encontro em que as Igrejas reconhecem a necessidade de compreensão das questões estruturais da política e participação na vida pública (Schünemann, 1992, p. 72, 125).

⁷ Aqui cabe indicar o texto de Wachholz (2017) que explora o conceito de melhoramento a partir de Lutero.

⁸ Sobre a Teologia do Domínio (também dominionismo e reconstrucionismo), ver o recente artigo de Eliseu Pereira (2023).

⁹ Sobre a herança barthiana e aspectos da teologia engajada com a concretude da existência humana de Schlieper, ver Schünemann (1992, p. 122-125).

Considerações finais

Com o interesse de compreender o desenvolvimento institucional, discursivo e teológico do senso de responsabilidade social da IECLB no contexto brasileiro, localizou-se a discussão no âmbito do protestantismo ecumênico das décadas de 1950 e 1960.

No material organizado por Waldo Cesar, para recolher os resultados da Conferência do Nordeste, de 1962, culmine das discussões e do impacto do movimento ecumênico antes do golpe de 1964, encontra-se um pequeno texto de Ernesto Schlieper, então pastor presidente da IECLB. Em processo de consolidação institucional, a IECLB avançava em sua saída de um gueto étnico e rural, integrando-se nas discussões públicas de seu tempo, mais em virtude de personagens que levaram adiante tais tarefas, do que propriamente como uma prática institucional. Com efeito, um acontecimento aqui apenas aludido e que pode ser tema para estudos futuros, levou a IECLB a refletir mais profundamente sobre sua responsabilidade social, a saber, a transferência da V Assembleia da FLM de Porto Alegre para Evian, na França. Entre os motivos dessa mudança, estava a postura complacente da Igreja com a ditadura militar.

A efervescência política e social sentida não apenas no Brasil, entrava também pelos portões da IECLB, pelos corredores de sua faculdade de teologia, e pelas suas conexões institucionais, entre elas o ecumenismo nacional e internacional, para os quais as questões sociais e políticas eram temas da hora. Um olhar para o texto “A responsabilidade social da Igreja”, de Ernesto Schlieper, demonstra justamente a sintonia com tais movimentações teológicas e ecumênicas, traduzindo para seu contexto institucional, a tarefa de se pensar uma teologia que lidasse com as questões públicas com fidelidade bíblica e marcado acento cristológico. Posiciona-se, assim, ao lado das pessoas mais oprimidas e sofredoras, evitando, porém, um enquadramento ideológico de perfil mais revolucionário. Até em virtude de sua posição institucional, Schlieper deixou suas marcas no luteranismo da década de 1960 e nas gerações de teólogos que ajudou a formar.

Cabe indicar, finalmente, que as reflexões de Schlieper são, efetivamente, fruto de seu tempo. Com isso, não se quer apontar uma certa passividade do então pastor presidente da IECLB, mas, pelo contrário, compreender seu legado teológico e pastoral em seus alcances e limites. Não parece legítimo esperar de Schlieper um amadurecimento em questões que se tornariam prementes apenas nas décadas seguintes, ao mesmo tempo, porém, parece válido questionar a coerência entre sua atuação político-institucional e seus posicionamentos teológicos. O que parece evidente, é que, embalado pelo ritmo do movimento ecumênico internacional, a abertura ao próprio ecumenismo e à necessidade de se pensar as questões políticas e sociais se tornaram, para ele, tarefas inescapáveis. Por sua vez, em sua síntese da teologia europeia luterana e barthiana, responde a tais desafios com marcado acento cristológico, encontrando na encarnação e na correspondência da ética cristã com o agir de Deus, um caminho para se pensar a ação da Igreja no mundo e da Igreja Luterana no contexto brasileiro.

Referências

BARTH, Karl. Comunidade cristã e comunidade civil [1946]. In: ALTMANN, Walter (Org.). *Dádiva e louvor: ensaios teológicos de Karl Barth*. 4. ed. rev. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2018. p. 293-320.

CESAR, Waldo (Org.). *A Conferência do Nordeste*. Cristo e o processo revolucionário brasileiro. Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Recife, 22/29 de julho, 1962.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. Um estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, Caxias do Sul: Editora Sinodal, EST, EDUCS, 1984.

DREHER, Martin. Reflexões sobre os Sessenta Anos da Escola Superior de Teologia. In: HOCH, L. C.; STRÖHER, M. J.; WACHHOLZ, W. (Orgs.). *ESTações da formação teológica: 60 anos da história da EST*. São Leopoldo: EST; Sinodal, 2008. p. 57-70.

FLUCK, Marlon Ronald. *Basler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Erweckung und Kirchenwerdung im 19. Jahrhundert*. Bern: Lang, 2004.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Um protestantismo protestante: missão e revolução na teologia de Richard Shaull*. São Paulo: Recriar, 2020.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História*, v. 76, p. 147-173, 2023.

PIERSON, Paul Everett. *A younger church in search of maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959*. San Antonio: Trinity University Press, 1974.

ROSA, Wanderley Pereira da; ADRIANO FILHO, José. (Orgs.). *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro - a Conferência do Nordeste 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mauad X e Instituto Mysterium, 2012.

SANTANA FILHO, Manoel Bernardino. *Karl Barth e a Teologia Latino-Americana*. 3. ed. São Paulo: Aste, 2021.

SANTOS, Almir dos. De como se interpretaria a Conferência do Nordeste. In: CESAR, Waldo. *A Conferência do Nordeste*. Cristo e o processo revolucionário brasileiro. Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Recife, 22/29 de julho, 1962, p. 21-27.

SCHLIEPER, Ernesto Theóphilo. A Igreja e sua responsabilidade social [1963]. In: CESAR, Waldo. *Cristo e o processo revolucionário brasileiro*. Conferência do Nordeste. IV Reunião de Estudos. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Confederação Evangélica do Brasil. Recife, julho, 1962, p. VII-X.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975*. São Leopoldo: Editora Sinodal, EST, 1992.

SINNER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. *Perspectiva Teológica*, v. 44, n. 122, p. 11-28, 2012a.

SINNER, Rudolf von. *The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship*. Eugene: Wipf & Stock, 2012b.

WACHHOLZ, Wilhelm. Ernesto Theóphilo Schlieper (1909-1969). In: SINNER, Rudolf von; WOLFF, Elias; BOCK, Carlos (Orgs.). *Vidas ecumênicas: testemunhas do ecumenismo no Brasil*. São Leopoldo, Porto Alegre: Sinodal, Padre Reus, 2006, p. 71-84.

WACHHOLZ, Wilhelm. Ernesto Theóphilo Schlieper: “A Liberdade do Evangelho”. In: DREHER, Martin; WITT, Osmar; WACHHOLZ, Wilhelm. *Presença luterana no Brasil: história e testemunho*. São Leopoldo: Sinodal, 2024, p. 346-357.

WACHHOLZ, Wilhelm. Luterano? Reformado? Unido? Evangélico! Aspectos históricos e teológicos da União Prussiana. In: WACHHOLZ, Wilhelm. (Org.). *Evangelho, Bíblia e Escritos Confessionais*. Anais do II Simpósio sobre Identidade Evangélico-Luterana. São Leopoldo: EST, 2004, p. 87-109.

WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martm Lutero. *Estudos Teológicos*, v. 57, n. 1, p. 14-29, 2017.

WORLD COUNCIL OF CHURCHES [WCC]. *The Evanston Report*. The Second Assembly of the World Council of Churches, 1954. London: SCM Press Ltd, 1955.

ZEFERINO, Jefferson. *Karl Barth e teologia pública: contribuições ao discurso teológico público na relação entre clássicos teológicos e res publica no horizonte da teologia da cidadania*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

ZEFERINO, Jefferson; SINNER, Rudolf von. O humanismo cristão de Dietrich Bonhoeffer: contribuições para uma epistemologia teológica. *Teologia em Questão*, v. 19, n. 37, p. 37-63, 2020.

ZEFERINO, Jefferson; SINNER, Rudolf von. O humanismo cristão de Karl Barth: uma teologia pública? *Pistis & Praxis*, v. 14, n. 1, p. 133-154, 2022.

RECEBIDO: 02/04/2024
APROVADO: 17/04/2024

RECEIVED: 04/02/2024
APPROVED: 04/17/2024